

# **SALA DE RECURSO E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR**

## **RESOURCE ROOM AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE: ANALYSIS OF IMPLEMENTATION AT THE MILITARY POLICE COLLEGE**

**Ana Flávia Ferreira de Brito Oliveira<sup>1</sup>**  
**Rosiane de Oliveira da Fonseca Santos<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a implantação da Sala de Recursos no Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com necessidades educacionais especiais no Colégio da Polícia Militar da Bahia. A inclusão desses alunos é um desafio constante para as instituições de ensino, e as salas de recursos multifuncionais desempenham um papel importante nesse processo ao oferecerem suporte pedagógico especializado e materiais adaptados. Para realização do trabalho, utilizamos uma abordagem qualitativa e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores do AEE, análise das diretrizes educacionais e registros escolares. O objetivo geral é analisar a estrutura e funcionamento das salas de recursos e o seu impacto no desempenho acadêmico dos estudantes. Espera-se que os resultados possam contribuir para compreensão do papel das salas para a aprendizagem dos estudantes, promovendo uma educação mais inclusiva para alunos com deficiência no Colégio da Polícia Militar.

**Palavras-chave:** Sala de recursos. Atendimento educacional especializado. Colégio da Polícia Militar

### **ABSTRACT**

The present work aims to evaluate the implementation of the Resource Room in Specialized Educational Assistance (AEE) for students with special educational needs at the Military Police College of Bahia. The inclusion of these students is a constant challenge for educational institutions, and multifunctional resource rooms play an important role in this process by offering specialized pedagogical support and adapted materials. To carry out the work, we used a qualitative approach and semi-structured interviews were carried out with AEE teachers, analysis of educational guidelines and school records. The general objective is to analyze the structure and functioning of resource rooms and their impact on students' academic and social performance. It is expected that the results can contribute to understanding the role of classrooms in student learning, promoting a more inclusive education for students with disabilities at the Military Police College.

**Keywords:** Resource room. Specialized educational service. Military Police College

---

<sup>1</sup> Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia. Pedagogia e Licenciada em Letras com Espanhol. Coordenadora Pedagógica da rede estadual da educação da Bahia Estudante do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

<sup>2</sup> Mestre em Ensino pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFF). Professora na Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro. Tutora Presencial na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Tutora a Distância na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Email: rosianefonseca@id.uff.br

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular é um desafio para as instituições educacionais. A legislação e as políticas públicas na área têm avançado para garantir o direito à educação inclusiva, conforme preconizado pela Lei nº 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. No entanto, muitas barreiras ainda precisam ser superadas para a efetiva implantação das diretrizes na educação pública.

A Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva estabelece que os sistemas de ensino devem garantir a aprendizagem de todos os/as estudantes em todos os/as níveis e modalidades de ensino através do conjunto de recursos e serviços que possibilitem a inclusão desses estudantes com necessidades especiais no processo de aprendizagem.

Na rede estadual de ensino da rede pública da Bahia, as legislações vigentes ressaltam que os estudantes com deficiência sejam atendidos na escola regular pelas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), nas unidades regulares de ensino, e nos Centros de Educação Especial, dentro das suas especificidades.

As salas de recursos multifuncionais se constituem como espaço efetivo para promover a inclusão nas unidades de ensino. A legislação orienta que essas salas sejam espaços pedagógicos, especialmente equipados, onde os alunos com necessidades educacionais especiais possam receber o Atendimento Educacional Especializado (AEE), “prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem” (Portal do Mec<sup>3</sup>, 2018).

Neste viés, de acordo com a Resolução CNE/CEB 4/2009, esse atendimento é complementar e/ou suplementar às atividades escolares regulares, oferecendo suporte pedagógico especializado e materiais adaptados às necessidades individuais dos alunos.

---

<sup>3</sup> Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>. Acesso em: 31 Agos 2024.

O Colégio da Polícia Militar da Bahia - João Florêncio Gomes - Ribeira, unidade de ensino localizada na capital baiana, tem buscado alinhar-se às políticas inclusivas e proporcionar um ambiente educacional que atenda os alunos públicos-alvo da educação inclusiva. A implantação da Sala de Recursos no Atendimento Educacional Especializado representa um passo importante nessa direção, visando assegurar que os estudantes com deficiência tenham acesso a oportunidades educacionais, de acordo com as suas demandas.

O interesse pelo tema deste estudo surgiu da atuação e da experiência desta pesquisadora como vice-diretora na referida unidade de ensino. Colégio da Polícia Militar da Bahia tem recebido um número crescente de alunos com deficiência e para garantir as aprendizagens, buscamos estratégias para garantir a inclusão e a permanência deles na escola. Imersa nessa realidade, a pesquisadora buscou aprofundar sobre o tema para compreender como as salas de recursos podem assegurar a inclusão desses alunos, além de ajudar na promoção da sua permanência e desenvolvimento acadêmico.

Esta pesquisa é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-graduação em Atendimento Educacional Especializado, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. O objetivo é avaliar a implantação e funcionamento da Sala de Recursos no atendimento educacional especializado do Colégio da Polícia Militar da Bahia, investigando seu impacto no desempenho acadêmico e social dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O referencial teórico é uma parte fundamental do projeto de pesquisa, sendo responsável por embasar teoricamente o estudo, buscando as bases conceituais e o contexto necessário para a compreensão do tema que será estudado. Desta forma, sobre educação inclusiva, sala de recurso multifuncionais, atendimento educacional especializado e Colégio da Polícia Militar, o referencial teórico aborda os principais conceitos e teorias relacionados a essas áreas. Assim, para subsidiar a pesquisa será utilizado os aportes teóricos que versem sobre a Educação Inclusiva, como Carvalho (2014) e as Diretrizes e Legislações vigentes (BRASIL, 2008, 2009), Colégio da Polícia Militar como Oliveira (2017, 2018) e Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2001;2019).

Para fins didáticos, o trabalho foi organizado com a seguinte disposição: a Introdução, compõe a primeira seção, e apresenta as ideias principais, o objetivo geral e a fundamentação teórica; a segunda seção intitulada “As sala de recursos e o atendimento educacional especializado” buscou apresentar a estrutura, o contexto de aplicação e funcionamento dessas salas no atendimento educacional especializado. A terceira seção, intitulada “Reflexões sobre a implementação da sala de recurso no Colégio da Polícia Militar”, propõe analisar o impacto

da sala de recurso no desempenho acadêmico e social dos alunos do Colégio da Polícia Militar. Por fim, apresentamos a conclusão e as referências estudadas.

Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras e a psicopedagoga do AEE, além de análise das diretrizes e regulamentações educacionais da rede estadual de educação da Bahia. Espera-se que os resultados obtidos possam contribuir para uma melhor compreensão do papel das salas de recursos na aprendizagem dos estudantes e promover uma educação mais inclusiva no Colégio da Polícia Militar.

## **2. AS SALAS DE RECURSOS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

A Secretaria da Educação da Bahia, através do seu site institucional, informa que são propósitos do Atendimento Educacional Especializado (AEE),

identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que venham a eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes em atividades desenvolvidas nos ambientes educativos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum e não são substitutivas à escolarização. Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (SEC BA, 2024).<sup>4</sup>

De acordo com o preconiza a Secretaria da Educação, as atividades desenvolvidas no Atendimento Educacional Especializado devem ser planejadas visando atender às necessidades individuais dos discentes com necessidades educacionais especiais, para suplementar as atividades do turno regular. Desta forma, o AEE complementa e suplementa o processo educacional desses estudantes, com vistas a promover a autonomia e independência dos alunos, no ambiente escolar e em suas vidas fora da escola.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://cursos.educacao.ba.gov.br/mod/journal/view.php?id=17224>>. Disponível em: 19/07/2024.

Neste mesmo percurso, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, informa que a oferta da Educação Especial deve ser obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino. Nesta direção, a Declaração Mundial de Educação para Todos assegura o direito à educação a todas as pessoas, por meio do seu Art.3.

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência como parte do sistema educativo (BRASIL, 1990).

No título que assegura o Direito à Educação e do Dever de Educar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, informa, no art 4º, que

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Descrito na Constituição Federal de 1988, no artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especializado, traz na sua redação que o AEE deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1998).

Assim, o AEE visa assegurar que os estudantes adquiram habilidades fundamentais para uma inclusão completa na sociedade, promovendo seu crescimento acadêmico, social e emocional, por meio da adaptação das estratégias pedagógicas, da utilização de recursos específicos e do suporte personalizado e do fornecimento de suporte personalizado que atende às necessidades individuais de cada aluno.

No Colégio da Polícia Militar da Bahia - João Florêncio Gomes, o atendimento educacional especializado é realizado por meio da sala de recursos multifuncionais. Sob este aspecto, o Ministério da Educação, por meio Nota Técnica nº 42, orienta sobre a implementação das Salas de Recursos,

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído por meio da Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007, objetiva apoiar os sistemas de ensino na organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas

habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015)

Portanto, dentro do contexto escolar, podemos entender as Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes educacionais preparados e equipados para oferecer suporte pedagógico individualizado aos estudantes. A estrutura deve assegurar meios para atender às distintas necessidades, incluindo deficiências físicas, sensoriais, intelectuais e transtornos globais do desenvolvimento.

A SRM, na referida unidade de ensino, foi implantada em 2023, após a unidade de ensino receber a matrícula de estudantes com deficiência e precisou se adaptar e se adequar para atender este público específico. Neste mesmo ano, a Secretaria da Educação contratou, por meio de Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), profissionais especializados para desempenhar o atendimento nas salas de recurso, aos alunos Transtornos do espectro autista e transtorno do déficit de atenção com hiperatividade.

Em 2024, com um público de 804 alunos matriculados no ensino fundamental e ensino médio, a escola conta com 13 alunos com deficiência que necessitam de atendimento educacional especial (Conforme Imagem 1) Esses estudantes, que possuem deficiências variadas, dependem de estratégias pedagógicas individualizadas, recursos e avaliações adaptadas para que possam acompanhar o currículo escolar e desenvolver suas habilidades acadêmicas e sociais.

**Imagem 1:** Relatório de Estudantes com deficiência

| <b>Ano Escolar:</b>                                                                                                | 2024                                                  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| <b>Escola:</b>                                                                                                     | COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR - CPM JOÃO FLORÊNCIO GOMES |
| <b>NTE:</b>                                                                                                        | NTE 26 - SALVADOR / RMS                               |
| <b>Município:</b>                                                                                                  | SALVADOR                                              |
| <b>Tipo do Relatório:</b>                                                                                          | Sintético                                             |
| <b>Ordenar Por:</b>                                                                                                | Tipo de Necessidade                                   |
| Necessidade Especial                                                                                               |                                                       |
| Quantidade                                                                                                         |                                                       |
| <b>Outros</b>                                                                                                      |                                                       |
| Profissional em Atendimento Educacional Especializado Cuidador ou Técnico em Atendimento Educacional Especializado | 12                                                    |
| <b>Transtorno do espectro autista</b>                                                                              |                                                       |
| Profissional em Atendimento Educacional Especializado Cuidador ou Técnico em Atendimento Educacional Especializado | 1                                                     |
| <b>Total por Necessidade Especial:</b>                                                                             |                                                       |
| 13                                                                                                                 |                                                       |

**Fonte:** Autora (2004)

A presença desses estudantes com deficiência ressalta a importância de uma abordagem educacional inclusiva e individualizada que promova a equidade e assegure que os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem no ambiente escolar.

Neste sentido, a implantação da Sala de Recursos no AEE representa um passo fundamental para assegurar que os estudantes com deficiência tenham acesso a oportunidades educacionais, sendo este espaço um ambiente que esteja preparado para adaptar as atividades e os recursos específicos que atendem às necessidades individuais dos estudantes.

## **REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA SALA DE RECURSO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR**

O Colégio da Polícia Militar da Bahia - CPM João Florêncio Gomes, unidade Ribeira, é uma unidade de ensino público da Bahia, mantido e administrado pela Secretaria Estadual da Educação e da Segurança da Segurança Pública, com intermediação da Polícia Militar da Bahia, firmado pelo convênio nº 04/2007 que celebra a gestão compartilhada das unidades. O CPM possui em sua gênese a oferta de educação pública lastreados nos princípios da hierarquia e disciplina, e proporcionam educação básica nas etapas escolares de ensino fundamental e médio. Na Bahia, são 16 unidades do Colégio da Polícia Militar, sendo cinco situadas na Capital, uma na região metropolitana e as demais no interior do Estado.

O Colégio da Polícia Militar, atendendo às legislações vigentes e às políticas públicas da rede estadual de educação da Bahia, tem se alinhado para garantir um ambiente educacional que atenda os estudantes públicos-alvo da educação especial.

Assim, com o intuito de avaliar o impacto da implantação e o funcionamento da sala de recurso na Unidade de Ensino, a metodologia deste estudo foi um estudo de caso com abordagem qualitativa que examinou a atuação da sala de recursos no atendimento educacional especializado. Sobre estudo de caso, recorremos a YIN (1989, p. 23) que afirma “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Na posição de Lüdke e André,

o estudo de caso como estratégia de pesquisa é o estudo de um caso, simples e específico ou complexo e abstrato e deve ser sempre bem delimitado. Pode ser semelhante a outros, mas é também distinto, pois tem um interesse próprio, único, particular e representa um potencial na educação. Destacam em seus estudos as características de casos naturalísticos, ricos em dados descritivos, com um plano aberto e flexível que focaliza a realidade de modo complexo e contextualizado (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

Para tanto, para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que foram conduzidas com os professores do AEE, explorando suas percepções, opiniões, experiências e sugestões sobre a implementação e funcionamento da Sala de Recursos.

As entrevistas foram conduzidas com as professoras técnicas que atuam na sala de recursos do AEE, abordando questões como a estrutura física, os recursos e materiais disponíveis, a frequência de uso pelos alunos, e o impacto percebido no desempenho acadêmico dos estudantes.

Na sala de recurso, contamos com quatro profissionais, sendo uma psicopedagoga e três professoras que atuam como técnica do AEE. Iniciamos querendo conhecer a formação das professoras e certificamos que todas têm nível superior em licenciatura, a saber: Licenciatura em Pedagogia com especialização em Educação Inclusiva, Licenciatura em Matemática, Pedagogia com especialização em Psicopedagogia, Licenciatura em Letras Língua Inglesa, e com cursos de aperfeiçoamento na área de educação especial e inclusiva.

Para entender as necessidades em termos de formação continuada dos profissionais que atuam na Sala de Recursos, perguntamos: “Existe alguma formação continuada que você considera necessária para melhorar seu trabalho na Sala de Recursos? Se sim, qual?”. Assim, responderam:

Cursos voltados para a área de escrita e leitura adaptadas a educação inclusiva, tdah e tea (Professora 1).

Sim, acredito que um curso de psicopedagogia venha a expandir a ótica sobre o assunto. Trazendo um olhar bem minimalista, que é o necessário para essa função. A sensibilidade associada a técnica uma casadinha que realmente é essencial para a sala. (Professora 2).

Sim. Curso de Libras. Participação de simpósios (Professora 3).

Formação de Professores em Educação Especial, TDAH, TEA e outros (Professora 4).

De maneira geral, as professoras, através das respostas, indicam uma forte demanda por formações que não apenas atualizem os seus conhecimentos, mas que também ofereçam ferramentas assertivas ao contexto da Sala de Recursos, fortalecendo a qualidade do Atendimento Educacional Especializado.

Desta forma, a formação de professor se constrói, como bem elucida Nóvoa (2002), através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de re (construção) permanente de uma identidade pessoal. Assim, o docente em busca de uma formação e de novos saberes



para a sua profissão, procura conhecer novas teorias, e este processo faz parte da construção profissional, mas não bastam, se estas não possibilitam ao professor relacioná-las com seu conhecimento prático construído no seu dia a dia, e possibilite uma reflexão da prática educativa (NÓVOA, 2002).

Oliveira (2018), sinaliza que o espaço de formação deve proporcionar aos docentes, a reflexão sobre sua prática educacional e sua docência, e, corroborando com Nóvoa (2002) é através do processo reflexivo que irá se tornar um profissional capaz de construir sua identidade profissional docente.

Desta forma, vimos que há uma necessidade de formação continuada na área para contemplar as múltiplas necessidades dos estudantes com deficiência. Sobre a educação inclusiva e a formação continuada, Santos (2019), ressalta que

A Educação Inclusiva é baseada na adaptação curricular, na ação de uma equipe multidisciplinar que oferece suporte ao docente e ao aluno portador de necessidades especiais, faz acompanhamento e o mantém inserido na rede comum de ensino em todos os seus níveis. Assim, vemos que a Educação Inclusiva obriga a repensar a escola nos moldes atuais – sua estrutura física, cultura, política, práticas pedagógicas e principalmente as novas exigências para a formação de professores (SANTOS, 2019, sp)

Assim, a formação continuada se coloca como uma exigência fundamental ao desenvolvimento das atividades realizadas com os alunos público-alvo da educação especial. No tocante às atividades realizadas, as profissionais descrevem que vão além do acompanhamento em sala de aula e o desenvolvimento de habilidades para leitura e escrita.

Acompanhamento em sala com aluno, atividades pedagógicas de leitura e escrita (Professora 1).

Auxiliar os alunos com discalculia, para um melhor desenvolvimento pedagógico na sala regular. Acompanhar o desenvolvimento de cada um deles buscando ferramentas que auxiliem um melhor resultado. (Professora 2).

Atividades psicopedagógica, motricidade, atividades lúdicas, etc (Professora 3).

Acompanhar alunos com TEA, TDAH nas atividades em sala de aula regular ajudando e/ou facilitando a execução dessas solicitadas pelos professores, atendimento desses alunos no contraturno escolar, elaborar e realizar atividade para desenvolver habilidades de leitura , escrita, oralidade, escuta, socialização (Professora 4).

Foi perguntado às professoras sobre os principais desafios enfrentados e as estratégias sugeridas para melhorar a Sala de Recursos. Desta forma, os questionários incluíram perguntas abertas e fechadas, com os seguintes tópicos: Estrutura e Funcionamento da Sala de Recursos;

Impacto no Desempenho Acadêmico dos Alunos, principais desafios enfrentados e as sugestão para melhorar a implementação.

Sobre a estrutura e funcionamento, as professoras/técnicas que atuam na sala de recurso, consideram que a sala ainda precisa ter uma estrutura mais adequada, incluindo sala climatizada e recursos tecnológicos, como aparelhos de ar-condicionado, jogos e recursos digitais. Desta forma, informaram que os principais desafios enfrentados na implementação e funcionamento da Sala de Recursos, são:

Falta de recursos, sala sem ar-condicionado, barulho dos ventiladores, readaptação dos espaços, participação e aceitação dos pais dos alunos (Professora 1)

A estrutura física em muitos casos, que precisam de adaptações para utilização, o desafio da logística familiar do aluno que muitas vezes não tem como encaixar no contraturno. (Professora 2)

O próprio desconhecimento do que é a sala. Um desafio em saber o que é dificuldade psicológica e dificuldade pedagógica. Às vezes, o aluno achar que estar numa sala diferenciada, o que levou a um constrangimento emocional. E, ainda, querer utilizar a Sala como fuga das atividades transmitidas pelos professores.(Professora 3)

As professoras que atuam na Sala de Recursos destacam uma série de desafios relacionados à estrutura física e ao funcionamento desse espaço, evidenciando a necessidade de melhorias significativas. Foi perguntado se os recursos e materiais disponíveis são suficientes para atender às necessidades dos alunos, as professoras indicaram “parcialmente” sinalizando os desafios para adequação a estrutura e recursos mais tecnológicos.

**Gráfico 1:** Os recursos e materiais disponíveis são suficientes para atender às necessidades dos alunos?



**Fonte:** Autora (2024)

Ao serem questionados sobre quais recursos seriam necessários para potencializar as ações da Sala de Recursos, as professoras técnicas destacaram algumas necessidades que poderiam contribuir significativamente para o aprimoramento do Atendimento Educacional Especializado., assim foi sinalizado:

Jogos adaptados, livros com conteúdo de acessibilidade, recursos digitais, internet, materiais pedagógicos (Professora 1).

Jogos digitais, materiais ou livros adaptados (Professora 2).

Recursos digitais, o próprio espaço físico precisa-se de condicionador de ar (Professora 3).

Sala de Recursos com mobiliários adequados, ar-condicionado, tablets. (Professora 4).

A falta de recursos adequados, como a ausência de ar-condicionado, a presença de ventiladores barulhentos, e a necessidade de adaptações físicas são problemas recorrentes que impactam diretamente na qualidade do atendimento especializado. Enfatizam também a importância de ampliar o acervo tecnológico, educativos, jogos digitais que facilitariam a aprendizagem e a participação ativa dos alunos com deficiência em atividades pedagógicas. Outro ponto importante destacado é o desconhecimento por parte dos alunos e da comunidade escolar sobre o papel da Sala de Recursos. Essas questões ressaltam a importância de um investimento contínuo na estrutura e na conscientização sobre o papel essencial da Sala de Recursos no atendimento educacional especializado.

Sobre a frequência no Atendimento Educacional Especializado, as professoras indicaram que os estudantes comparecem diariamente à Sala de Recursos no contraturno, o que reflete um comprometimento significativo tanto dos alunos quanto das famílias com o processo de inclusão educacional. Essa rotina diária permite um acompanhamento contínuo e mais aprofundado das necessidades específicas de cada estudante, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e competências, junto ao turno regular de ensino.

A assiduidade dos alunos na Sala de Recursos é vista como um fator essencial para o AEE, pois possibilita uma intervenção pedagógica mais direcionada e adaptada às particularidades de cada estudante.

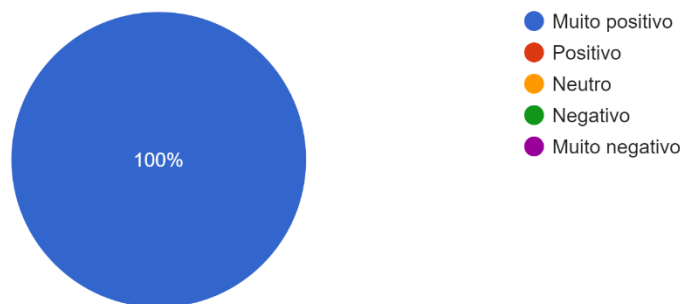
**Gráfico 2:** A Sala de Recursos é utilizada com que frequência pelos alunos?



**Fonte:** Autora (2024)

No que se refere ao impacto no desempenho acadêmico dos alunos, as professoras indicaram que a atuação da Sala de Recursos tem sido "muito positiva". Esse resultado reflete a eficácia do AEE em promover o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A abordagem individualizada, o reforço constante e o apoio pedagógico direcionado têm contribuído significativamente para o progresso dos alunos nas disciplinas regulares, melhorando sua compreensão dos conteúdos e sua autoconfiança.

**Gráfico 3:** Como você avalia o impacto da Sala de Recursos no desempenho acadêmico dos alunos?



**Fonte:** Autora (2024)

Uma questão central que discutimos foi sobre as melhorias específicas no desempenho acadêmico dos alunos que frequentam a Sala de Recursos. Foi perguntado: “Você observou melhorias específicas no desempenho acadêmico dos alunos que frequentam a Sala de Recursos? Se sim, descreva”. Assim as professoras destacaram:

Conseguimos trabalhar pontos específicos de aprendizagem dos alunos e trabalhar neles, o que fez eles evoluírem pedagogicamente, na questão da escrita e leitura, , alguns deles hoje fazem parte de outros grupos dentro da escola a exemplo do grupo de robótica e a banda (Professora 1).

[...] principalmente relacionada a segurança em deter o conhecimento e colocá-lo em prática. Primordial para alunos PCDs pois é uma das principais características. "Não sei fazer" "Não posso fazer" é ver e acreditar que são capazes (Professora 2).

Sim. Interação com outros alunos, desenvolvimento cognitivo e comportamental. Avanço nas atividades e tenho muita confiança (Professora 3).

Desenvolvimento de fala, leitura e escrita, além da sociabilidade e mais autonomia em sala de aula regular (Professora 4).

As professoras observam melhorias significativas no desempenho acadêmico dos alunos que frequentam a Sala de Recursos, destacando vários aspectos positivos que surgiram a partir do atendimento especializado. A frequência constante na sala tem permitido o trabalho focado em pontos específicos de aprendizagem, o que resultou em avanços notáveis na leitura, escrita e no desenvolvimento cognitivo. Esse progresso pedagógico tem se refletido também em outras áreas, com alunos participando de atividades extracurriculares, como o grupo de robótica e a banda da escola, demonstrando maior confiança e capacidade.

Além disso, as professoras ressaltam a importância da Sala de Recursos no fortalecimento da segurança dos alunos em relação ao conhecimento e sua aplicação prática. Para muitos alunos com deficiência, superar o sentimento de incapacidade é um dos maiores desafios, e o ambiente da Sala de Recursos tem sido fundamental para ajudá-los a perceber seu potencial e acreditar em suas habilidades.

Outros benefícios observados incluem a melhoria na interação social e no desenvolvimento comportamental dos alunos. O ambiente acolhedor e personalizado da Sala de Recursos tem proporcionado um espaço seguro para o desenvolvimento da fala, leitura e escrita, bem como para o aumento da autonomia dos alunos na sala de aula regular. Essa evolução reflete o papel essencial da Sala de Recursos em promover não apenas o avanço acadêmico, mas também o crescimento pessoal e social dos alunos atendidos.

Apesar da sua importância, a implementação e o funcionamento das Salas de Recursos enfrentam muitos desafios, como a necessidade de constante atualização dos recursos tecnológicos e materiais, a formação continuada dos professores e a articulação entre o AEE e a sala de aula comum.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Sala de Recurso Multifuncional do Colégio da Polícia Militar da Bahia é fundamental para o Atendimento Educacional Especializado, oferecendo um ambiente adaptado e organizado para complementar e suplementar as ações educativas dos alunos e das alunas com necessidades educacionais especiais. Assim, a pesquisa demonstrou que este suporte especializado e individualizado desempenha um papel importante para promoção da inclusão escolar, garantindo que os estudantes tenham acesso a uma educação escolar que respeite suas particularidades e promova seu desenvolvimento pleno e autônomo.

No Colégio da Polícia Militar da Bahia, a Sala de Recurso Multifuncional desempenha um singular o apoio aos alunos, favorecendo um ambiente projetado para atender às necessidades educacionais dos estudantes com deficiência da Unidade de Ensino. Neste contexto, observou-se que este suporte pedagógico tem se estruturado garantir que os alunos da educação básica tenham acesso à educação de qualidade, conforme preconizam a legislação vigente.

Apesar da sua importância, a implementação e o funcionamento das Salas de Recursos enfrentam muitos desafios, como a necessidade de constante atualização dos recursos tecnológicos, a formação continuada dos profissionais que atuam com o atendimento à educação especializado e a sala de aula comum, além de uma estrutura física que seja acolhedora.

No entanto, ainda que os desafios sejam grandes, a implantação da Sala de Recurso Multifuncionais do Colégio da Polícia Militar se apresenta como um espaço complementar e suplementar à formação dos alunos no ensino regular, além de possibilitar o aprimoramento das práticas pedagógicas dos professores e para o fortalecimento da educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIA. **Convênio nº 018/2015**, de 17 de março de 2015. Convênio de cooperação técnica que entre si celebram a Secretaria da Educação e a Secretaria da Segurança Pública com interveniência da Polícia Militar da Bahia. Salvador. 2015.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Colégios da Polícia Militar**, 2007. Salvador: Departamento de Ensino. 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: Unesco, 1990.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, p. 17, 5 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 42/2015/SECADI/DPEE**. MEC, 2015. [[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17656-secadi-nt42-orientacoes-aos-sistemas-de-ensino-sobre-destinacao-dos-itens-srm&category\\_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17656-secadi-nt42-orientacoes-aos-sistemas-de-ensino-sobre-destinacao-dos-itens-srm&category_slug=junho-2015-pdf&Itemid=30192)]. 2015

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Meditação, 2014.

Lüdke M, André MEDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU;1986.

YIN, Robert K. - *Case Study Research - Design and Methods*. Sage Publications Inc., USA, 1989.

NÓVOA, Antônio. **A profissão professor**. Portugal: Porto, 1992.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa/Portugal: Educa, 2002.

OLIVEIRA, A. F. F. B; SANTOS, T. C. ; MATOS, V. S. ; ANDRADE, C. M. P. **Gestão Escolar e Prática Reflexiva da Ação Docente: uma experiência sobre processos formativos nos Colégios da Polícia Militar da Bahia.** In: LIMA, J. P. A. SANTOS, T. C. SILVA, D. L. (Org.). Entre Saberes e Práticas: Educação, Atos e Processos Formativos. 1ed.Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 33-44.

OLIVEIRA, Ana Flávia F. de Brito. **(IN) Formação dos Professores: Uma Experiência Formativa Aplicada dos Instrutores e Monitores dos Colégios da Polícia Militar da Bahia.** Dissertação (Mestrado em Educação) Departamento de Educação – Universidade do Estado da Bahia, 2018.

OLIVEIRA, A. F. F. B; SANTOS, T. C. ; MATOS, V. S. ; ANDRADE, C. M. P. **.Gestão Escolar e Prática Reflexiva da Ação Docente: uma experiência sobre processos formativos nos Colégios da Polícia Militar da Bahia.** In: LIMA, J. P. A. SANTOS, T. C. SILVA, D. L. (Org.). Entre Saberes e Práticas: Educação, Atos e Processos Formativos. 1ed.Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 33-44.

SANTOS, **Rosiane de Oliveira da Fonseca.** Algumas considerações sobre a Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores. Revista Educação Pública, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em:  
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/algumas-consideracoes-sobre-a-educacao-inclusiva-e-as-novas-exigencias-para-a-formacao-de-professores>